



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

Aos 30 dias do mês de abril de 2020, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, no Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(reunião a realizar por videoconferência)

Audição dos Deputados ao Parlamento Europeu Margarida Marques e José Manuel Fernandes sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-27.

Audição dos Deputados ao Parlamento Europeu Margarida Marques e José Manuel Fernandes sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-27.

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, declarou aberta a audição regimental, tendo dirigido cumprimentos aos Deputados presentes e aos Deputados ao Parlamento Europeu intervenientes, agradecendo a ambos a disponibilidade para estarem presentes e louvando-lhes o trabalho desenvolvido no Parlamento Europeu.

A reunião principiou pela intervenção dos Senhores Deputados ao Parlamento Europeu, a Senhora Deputada Margarida Marques e o Senhor Deputado José Manuel Fernandes, sequenciadas mas individualmente separadas e definidas previamente na sua ordem de exposição.

Começou no uso da palavra, dada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu Margarida Marques, que agradeceu a oportunidade do debate, cujo escopo lamentou fazer-se ainda sobre uma expectativa do que venha a ser a proposta de novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) apresentada pela Comissão Europeia, na sequência do que fora uma primeira proposta rejeitada, julgada insuficiente por uns Estados-Membros e excessiva por outros.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

A este respeito, a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu procedeu a um excuroso onde aprofundou os antecedentes negociais com vista ao novo QFP entre 2021 e 2027, narrando que a um primeiro alargamento do âmbito do QFP, corporizado pela criação de um Fundo de transição europeu no âmbito do Mecanismo de Transição Justa, se seguiu agora, na resposta à crise de saúde vivida, um pedido comum, tanto do Parlamento Europeu como do Conselho, para que se revisse a proposta inscrevendo-se-lhe um Fundo de recuperação económica ancorado no QFP e que se arvorasse como via de resposta europeia à crise.

Sobre essa proposta, de devir previsto para a segunda ou terceira semana de maio, a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu procedeu, esquematicamente, a uma análise comentada do que poderá constitui o novo QFP. Assim, e no plano das instituições europeias, contou estar em cima da mesa das negociações:

- Um plano de recuperação da economia europeia, para o qual há a premência do aumento do financiamento, o que passa pelo aumento dos recursos próprios da União, sendo intenção da Comissão Europeia propor o aumento das atuais contribuições dos Estados de 1,2% para 2% do seu rendimento nacional bruto. Neste ponto, obtemperou que uma tal proposta carece de ratificação pelos Parlamentos Nacionais, o que pode levar a Comissão a equacionar propor uma entrada em vigor provisória do novo QFP de forma a ele poder estar em execução a 1 de janeiro de 2021;
- A criação de um Fundo de Recuperação, ancorado no QFP como recomendado pelo *Eurogrupo* e que comungue das mesmas prioridades políticas da União Europeia, assegurando a Comissão Europeia o seu financiamento por via de empréstimos garantidos junto dos mercados financeiros;
- A acrescer ao aumento dos recursos próprios da União e à mobilização de capitais nos mercados financeiros pela Comissão Europeia, trabalha-se igualmente um cenário de execução do novo QFP que, em vez dos tradicionais 7 (sete) anos, incida nos 2 (dois) ou 3 (três) primeiros anos sobre a resposta à crise, onde é proposição da Comissão Europeia aumentar o financiamento da coesão, da agricultura e da investigação, trabalhando em três prioridades



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

fundamentais: aumentar a resiliência da União Europeia, recuperar a economia e repor o equilíbrio do mercado interno;

- Sobre o mercado interno, uma das primeiras respostas da Comissão Europeia foi a autorização aos Governos nacionais para a atribuição de ajudas de Estado, via seguida por todos os Estados-Membros, por exemplo através da criação de linhas de crédito, mas perturbadora do mercado interno, a qual urge ser reparada;
- Sobre a gestão dos recursos financeiros da União no novo QFP, a proposta defendida pela Senhora Deputada ao Parlamento Europeia pende a favor de uma estratégia assente em subvenções e não em empréstimos, embora deva reconhecer que o mais expectável será uma resposta de equilíbrio entre os dois, situação que, a sobrevir, deve apresentar uma maior feição de subvenções do que de empréstimos. E, mesmo quanto aos empréstimos, o que se defende é que eles não tenham efeitos nos défices públicos dos Estados, por forma a não deixar aqueles mais sensíveis à volatilidade dos mercados financeiros.

A terminar a sua primeira intervenção, a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu recordou o sentido da solidariedade europeia, cuja expressão, neste caso, significa mutualização e, ato contínuo, deixou referidos alguns campos por onde podem passar os apoios dos Governos às empresas em maiores dificuldades, aludindo a projetos transeuropeus e aí entrando em conta o *Green Deal*, a transição digital, a reposição do mercado interno, a reindustrialização europeia e o suporte de cadeias de valor estratégico.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado ao Parlamento Europeu José Manuel Fernandes, que destacou o papel crucial do QFP para Portugal, pois que mais de 80% do investimento público português advém do recurso a fundos europeus e, concomitantemente, descreveu sucintamente o papel do Parlamento Europeu a esse respeito. Destarte, lembrou que o Parlamento é determinante para a monitorização dos fundos, o que é tão mais importante quanto agora pode haver uma flexibilização quase total entre fundos, canalizando-se o dinheiro de uns para outros e, até, entre

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

regiões, e acrescentou que o Parlamento Europeu tem agido proactivamente e tentado influenciar a proposta de QFP para evitar que outras áreas retirem verbas à coesão.

Continuando a exposição, o Senhor Deputado José Manuel Fernandes não deixou olvidado o circunstancialismo próprio da proposta de um novo QFP, anterior à crise de Covid-19 e depois dela mantido, para lembrar também a fixação do mês de maio como o mês da sua apresentação final pela Comissão Europeia, mas em relação ao qual referiu não guardar grandes expectativas.

Sobre isso, e sumariamente, alertou para os seguintes pontos de debate:

- Um aumento dos recursos próprios da União Europeia para 2% dos PIB's nacionais não tem como expressão um aumento literal de 2% no QFP, dado que esse aumento, face à hipótese de manutenção dos níveis de pagamentos atuais, expressará apenas uma margem ou folga, de natureza virtual, correspondente ao limite de garantias que a Comissão Europeia prestará para se financiar nos mercados, à imagem do que no passado se viu na estrutura do Mecanismo de Estabilização Financeira;
- Sobre essa margem de recurso da Comissão Europeia para financiamento nos mercados, a quantia de que se fala, correspondente a 320 mil milhões de Euros, dividir-se-á entre os Estados-Membros na forma de subvenções, de empréstimos ou um misto de ambos. Neste campo, advertiu o Senhor Deputado ao Parlamento Europeu para o risco de imobilização do Parlamento Europeu sobre aquele valor se agora, tal como antes a respeito do Mecanismo de Estabilização, for feito uso do artigo 122.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o que deixará a pronúncia do Parlamento para um estágio apenas *a posteriori*;
- Ademais, a montante da discussão sobre as forças de equilíbrio entre subvenções e empréstimos, a última das quais agradará mais aos países ditos frugais, concordou com a necessidade das subvenções constituírem a via preferencial para Portugal, recrudescendo no discurso que as medidas até ao momento tomadas pelas instituições europeias são insuficientes, desde os



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

empréstimos do BCE ao SURE, que se constitui, ele também, com a natureza de empréstimos;

- A admitir-se a atribuição de subvenções, colocar-se-á saber como se pagará esse Fundo de recuperação económica, questão à qual a Comissão Europeia tem respondido com o período posterior a 2027 e através de novos recursos próprios, matéria que, no seu ponto de vista, merece uma resposta que não penalize os cidadãos da União Europeia, antes incidindo sobre um conjunto de propostas que reforcem o orçamento, como a tributação do digital, uma taxa de ajustamento nas fronteiras e recursos baseados nas emissões de carbono.

De seguida, tomaram a palavra, para uma primeira ronda de intervenções, os Senhores Deputados Isabel Meireles e Paulo Moniz (PSD), Rita Borges Madeira (PS), Fabíola Cardoso (BE), Bruno Dias (PCP) e Cristina Rodrigues (PAN), tendo os Senhores Deputados ao Parlamento Europeu respondido individualmente às questões colocadas. Por relação ao formulado por cada Grupo Parlamentar:

- a Senhora Deputada Isabel Meireles (PSD) mostrou-se expectante sobre a proposta de novo QFP, especialmente depois da Presidente da Comissão Europeia ter defendido uma Europa mais resiliente, ecológica e digital, perguntando se a agenda europeia dos meses anteriores não será subalternizada face à dimensão da pandemia de Covid-19 e se isto não se repercutirá em cortes nos atuais Fundos, em especial na PAC e na Coesão. Ao mesmo tempo interrogou (1) a escala de otimismo dos Senhores Deputados ao Parlamento Europeu sobre as propostas de emissão de dívida mutualizada no plano europeu, (2) o impacto da atual crise numa eventual desagregação da Europa, (3) sobre uma solidariedade europeia que se expresse menos na forma de empréstimos e de mais dívida sobre os Estados mais endividados e, ainda, (4) sobre as últimas propostas do *Eurogrupo* e o seu efeito positivo e de vantagem para economias mais robustas, com prejuízo das outras economias europeias mais frágeis. Com a Senhora Deputada dividiu o tempo o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) que, não escondendo preocupações sobre o anúncio eventual de cortes nas políticas de agricultura e de coesão e sobre a centralização de recursos resultante da possível integração de um Plano Marshall europeu no novo QFP, questionou acerca das possibilidades de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

realocação dos Fundos europeus entre programas e regiões, mormente quanto ao turismo e nas regiões ultraperiféricas mais atingidas, como os Açores, dando ensejo, no fim, à questão destinada a saber se o Governo Regional dos Açores encetara com o Governo nacional conversações para a inclusão da região no novo Fundo para a Transição Justa;

- a Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) interveio para destacar a necessidade de reapreciar todas as propostas anteriores à luz da crise sanitária gerada pelo surto de Covid-19 e do lançamento impreterível das bases para a recuperação da economia europeia, em cujo contexto o QFP terá de responder a questões económicas, de saúde, de emprego, de pobreza, à crise migracional e de refugiados, ao ambiente e à transição digital e a uma maior preparação industrial da Europa enquanto continente. Perguntou, no quadro desta preparação do QFP, qual o *plano B* das instituições europeias para a eventualidade de não se conseguir a sua aprovação antes de 01.01.2021, especialmente no atinente aos fundos e programas em curso, e bem assim sobre quais poderão ser os novos recursos próprios de financiamento da União. Por fim, alertou a Senhora Deputada para os riscos de ligação entre um novo Fundo de recuperação e o QFP sobre o controlo e fiscalização exequíveis no Parlamento Europeu e pelos seus membros;
- a Senhora Deputada Fabíola Cardoso (BE) destacou que as respostas europeias, como a última sancionada pelo Conselho sobre o acordo alcançado no *Eurogrupo*, constituindo embora soluções de emergência, são ainda e apenas respostas assentes em dívida e empréstimos, fazendo temer pela austeridade que se lhes seguirá. Alertou a Senhora Deputada para uma solução de longo prazo quanto a um Fundo de recuperação económica, o qual aproximasse o financiamento da União Europeia de novas fontes, como a tributação das grandes empresas do digital, das grandes transações financeiras e o combate ao *dumping* fiscal na Europa; e, a respeito da reindustrialização europeia, mostrando-se recetiva, interrogou sobre que concretas indústrias se deve priorizar, em que setores, se em ligação à exploração de combustíveis fósseis ou já não, com que condições laborais



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

para os seus trabalhadores e com que impactos de género e, por fim e quanto à agricultura, se suportada ainda na exploração intensiva dos solos. Terminou a sua intervenção questionando os senhores Deputados ao Parlamento Europeu sobre a forma como olham para o atual momento de crise e para os caminhos que devem ser trilhados para o futuro;

- o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) destacou que a flexibilização e antecipação da distribuição de Fundos europeus não significa necessariamente o seu reforço ou aumento de valor e que o aumento dos recursos próprios da União não significa, também ele, o necessário reforço financeiro do QFP quando se consideram os necessários empréstimos que a Comissão Europeia contrairá e a necessidade de prestar para eles garantias. Questionando os Senhores Deputados convidados, interrogou acerca das prováveis linhas de força no novo QFP, sobre o Mecanismo para a Transição Justa e sobre o Fundo que lhe está associado para saber a perspetiva para si colocada fruto da alteração de circunstâncias trazida pela crise pandémica e, por fim, sobre as várias formas de aumento dos recursos financeiros da União Europeia, as quais não devem prescindir do reforço significativo da função redistributiva do orçamento, com um contributo maior dos países mais fortes e beneficiados.
- a Senhora Deputada Cristina Rodrigues (PAN) lavrou na sua intervenção um pequeno excuro sobre os episódios negociais envolvendo o novo QFP, destacando as propostas anteriores de cortes na agricultura e na coesão, formulando em correlação três questões concretas aos Senhores Deputados ao Parlamento Europeu: uma inicial para saber que impactos esses cortes podem ter para países como Portugal; uma pergunta intermédia para interrogar, quanto ao clima, se o compromisso de 25% do orçamento comunitário para políticas de combate às alterações climáticas está posto em causa, bem como o Pacto Ecológico Europeu; e uma interrogação final para saber, na opinião dos Senhores Deputados convidados, se Portugal deverá continuar a bater-se por um QFP com orçamento próprio, nomeadamente com taxas sobre os plásticos e querosene e sobre transações financeiras.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Cegonho (PS), Sérgio Marques (PSD), Beatriz Gomes Dias (BE) e Bruno Dias (PCP), que questionaram os Senhores Deputados ao Parlamento Europeu sobre matérias em correlação temática com o novo QFP, tendo os Senhores Deputados ao Parlamento Europeu respondido em bloco. Do acervo de questões formuladas pelos Grupos Parlamentares, inquiriram:

- o PS se o plano de trabalho da Comissão Europeia, nas suas seis prioridades, fica colocado em crise pela conjuntura que agora se vive e que impacto ela, a crise de agora, terá numa nova proposta de QFP;
- o PSD sobre o novo Fundo de recuperação económica, procurando saber a data possível e previsível da sua entrada em vigor, da sua ligação ou desfasamento com o QFP, do seu volume financeiro, do seu financiamento através de empréstimos que não comprometem a estabilidade das dívidas dos Estados-Membros e, por fim, interrogando sobre o turismo enquanto atividade económica mais fustigada pela crise sanitária, com vista a saber se poderá haver ensejo para a criação de um ambicioso programa de ajuda;
- o BE em relação aos problemas migratórios e de igualdade de género, nesse campo questionando se a revisão do QFP integrará o acolhimento das pessoas refugiadas nas ilhas e fronteiras gregas e a garantia das suas condições humanas, bem como se a reformulação do mesmo QFP responderá com políticas de igualdade entre homens e mulheres, contribuindo para um melhor equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional;
- o PCP sobre o reconhecimento de ganhos de competitividade económica de país para país em resultado da integração no mercado único para, daí, questionar sobre uma eventual abordagem no sentido do reforço das contribuições desses países, abordando igualmente a gestão centralizada ou partilhada de recursos no horizonte do novo QFP e a necessidade de evitar uma escalada sucessiva de dívida como resultado do cumprimento obsessivo das regras de Maastricht.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

Dando por encerrada a audição, o Senhor Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelos Senhores Deputados ao Parlamento Europeu.

A audição foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se acessível na [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 maio 2020.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Miguel dos Santos
António Cunha
António Lima Costa
Bacelar de Vasconcelos
Beatriz Gomes Dias
Bruno Dias
Carlos Brás
Constança Urbano de Sousa
Cristina Rodrigues
Fabíola Cardoso
Isabel Meireles
Isabel Oneto
Isabel Rodrigues
João Pinho de Almeida
Luís Capoulas Santos
Paulo Moniz
Paulo Pisco
Pedro Cegonho
Rita Borges Madeira
Sérgio Marques
Catarina Rocha Ferreira
Cristina Moreira
Francisco Pereira Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: